

Taurus Armas S.A.

Companhia aberta de capital autorizado

CNPJ 92.781.335/0001-02

Manual da Assembleia Geral Extraordinária

21 de setembro de 2020 – 14:00 horas

O presente manual (“Manual”) foi elaborado pela Administração da Taurus Armas S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes à matéria constante da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a ser realizada na sede da Companhia à Avenida São Borja, nº 2181, Prédio “A”, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, às 14:00 horas do dia 21 de setembro de 2020.

Os documentos referidos neste Manual e exigidos pela Instrução CVM nº 481/2009 e suas alterações estão disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação das matérias objeto de deliberação na AGE, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 18 de agosto de 2020.

Sumário

1 - Mensagem/Convite do Presidente do Conselho de Administração	3
2 – Informações sobre a AGE	4
3 – Edital de Convocação	8
4 – Proposta da Administração	10
Informações sobre as matérias objeto de deliberação	10
Anexos	13
Anexo A	14
Modelo de procuração	14
Anexo B	16
Estatuto Social - alterações	16
Anexo C	40
Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, informações relativas ao candidato indicado	40
Anexo D	43
Proposta de remuneração na forma de bônus para os Administradores	43
Anexo E	45
Item 13 do Formulário de Referência – revisão da remuneração para o exercício 2020	45

1 - Mensagem/Convite do Presidente do Conselho de Administração

Prezados Acionistas da Taurus Armas S.A.,

Temos o prazer de convidá-los para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Taurus a ser realizada no dia 21 de setembro de 2020, às 14:00 horas, na sede da Companhia. Estamos disponibilizando também a possibilidade de os Senhores Acionistas exercerem seu direito de voto por meio do uso do boletim de voto à distância, ainda que não exista obrigação legal de inclusão desse tipo de voto considerando a Ordem do Dia desta AGE. Incentivamos a participação por meio desse recurso dado a grave crise sanitária representada pela pandemia do COVID-19 com a consequente importância de restringir a circulação e o contato entre as pessoas. É possível, ainda, se fazer representar por representante legal devidamente constituído.

Vale destacar que todos os acionistas são convidados a acompanhar a AGE em questão, mas que o direito a voto nos itens da Ordem do Dia é exclusivo dos acionistas titulares de ações ordinárias (ON – B3: TASA3).

Queremos convidá-los à leitura deste Manual, que detalha as matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Extraordinária, bem como os procedimentos e orientações para participação, seja presencial, seja votando por meio do boletim de voto à distância. O Manual contém também instruções relativas à outorga de procurações, incluindo um modelo de procuração.

Para apreciação das matérias a serem deliberadas, apresentamos documentos relacionados à Ordem do Dia, que incluem, entre outros, as alterações propostas no Estatuto Social e informações sobre o candidato indicado a membro do Conselho de Administração.

Em casos de dúvidas, a área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecimentos em relação ao material aqui apresentado e às matérias objeto da Assembleia. Na AGE, contaremos com a presença de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria da Companhia e auditores independentes, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação.

Vossa participação é muito importante para a Companhia, especialmente visto que participamos do Nível 2 de Governança Corporativa. Desejamos uma boa leitura e contamos com vossa participação!

Obrigado por vossa atenção,

Jorio Dauster Magalhães e Silva
Presidente do Conselho de Administração

2 – Informações sobre a AGE

a) Data e local

Data: 21 de setembro de 2020

Horário: 14:00 horas

Local: Avenida São Borja, nº 2181, São Leopoldo, Rio Grande do Sul; e

b) Quóruns de instalação

Para a instalação da Assembleia, é necessária a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia com direito a voto. No caso de tal quórum não ser atingido, a Assembleia não será instalada e será informada nova data para sua realização. Em segunda convocação, a Assembleia poderá ser realizada com qualquer número de acionistas presentes.

c) Direito de voto

Apenas os titulares de ações ordinárias (ON – B3: TASA3) são qualificados para exercer seu direito de voto em todos os assuntos da Ordem do Dia da presente AGE, apresentando seu voto pessoalmente, enviando previamente o boletim de voto à distância (BVD) ou se fazendo representar por procurador.

d) Participação na Assembleia

Documentos necessários

Acionista participando pessoalmente

Para participar da Assembleia, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

(i) Documento de identidade

Serão aceitos os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado;
- Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado;
- Passaporte válido expedido por órgão autorizado;
- Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e
- Carteira Nacional de Habilitação com foto (CNH nova).

(ii) Comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de 3 (três) dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

- (iii) Dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária (artigo 15, §1º, do Estatuto Social).

Acionista se fazendo representar por procurador

Instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, tenha sido enviado em formato digital para o e-mail agoe@taurus.com.br ou depositado na sede social da Companhia. Contudo, o envio antecipado por e-mail não exclui o dever de apresentar as vias originais no dia da AGE.

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinado a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

- No caso de peessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável).
- No caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.
- No caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notariação e consularização ou apostilamento, conforme a jurisdição, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para um desses três idiomas mencionados.

Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia para os acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Taurus Armas S.A. informa que encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, bem como o advogado da Companhia, o Dr. Marcelo Bervian, caso o acionista não tenha quem indicar. Não havendo necessidade, caberá aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item.

A Companhia ressalta que, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, os Senhores Acionistas deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procurador configura pedido público de procuração para os fins do artigo 23 da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição.

Apresentação de documentos para participação presencial/por meio de procurador

Os originais ou cópias dos documentos acima citados deverão ser entregues na sede da Companhia. Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem,

preferencialmente em até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia (até 17 de setembro, às 14:00h), o envio dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos no item “documentos necessários” em formato digital (*scanner* ou foto) por e-mail para agoe@taurus.com.br.

Por fim, esclarecemos que a apresentação física antecipada de cópia simples dos documentos não exclui, no caso da apresentação presencial, o dever de apresentação de vias originais no dia da AGE, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

O acionista que não tiver apresentado previamente os documentos acima designados e queira participar da AGE, deverá comparecer à sede da Companhia pelo menos uma hora antes do horário marcado para a sua realização, munido do original ou cópia autenticada por notário competente dos referidos documentos.

Participação por meio de boletim de voto à distância

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da ICVM nº 481/2009, conforme alterada, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleias Gerais por meio de voto à distância, usando o “Boletim de Voto à Distância”, disponível no website de RI da Companhia (www.taurusri.com.br), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

A Companhia ressalta que **apenas os titulares de ações ordinárias (ON – B3: TASA3)** poderão votar nas matérias da pauta da AGE a ser realizada em 21/09/2020.

Envio do Boletim de voto à distância

- **Diretamente à Companhia**

O Acionista que optar por enviar o Boletim diretamente à Companhia deverá imprimir o documento, preencher, rubricar, assinar e enviar por correio para o seguinte endereço: Taurus Armas S.A., Área de Relações com Investidores, Avenida São Borja, nº 2181, Prédio “A”, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul ou, em formato eletrônico, para o e-mail agoe@taurus.com.br.

O boletim de voto à distância deverá ser recebido em até **7 (sete) dias antes da AGE** (até dia 14/09/2020), conforme estabelecido na Instrução CVM nº 481/09 e suas alterações. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados.

A Companhia, por sua vez, comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização.

- **Por meio do Agente de Custódia**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de seu agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto a seu respectivo agente, observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com o seu agente de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos, bem como os documentos e informações por ele exigidos. Segundo a Instrução CVM nº 481/09 e suas alterações, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia **em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia** (até 14/09/2020), salvo se prazo diverso for estabelecido por seu agente de custódia.

- Por meio do Banco Escriturador da Companhia

Aos acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú Unibanco S.A., banco escriturador da Companhia, o voto à distância poderá ser feito conforme orientações e procedimentos descritos no site “Assembleia Digital” desta instituição financeira, que pode ser acessado [clikando aqui](#).

Caso caso o link acima não abra, copie e cole no seu navegador o seguinte endereço eletrônico: <https://www.italu.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>

3 – Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas da Taurus Armas S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia”) a ser realizada na sede da Companhia à Avenida São Borja, nº 2181, Prédio “A”, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, no dia 21 de setembro de 2020, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia, em relação a qual o direito de voto é exclusivamente de acionista detentores de ações ordinárias (ON – B3: TASA3):

- (i) Examinar, discutir e votar proposta de transformação do Comitê de Auditoria e Risco (CAR) em órgão estatutário;
- (ii) Examinar, discutir e votar proposta de aumento do número de membros que compõe o Conselho de Administração;
- (iii) Aprovar as alterações no Estatuto Social da Companhia necessárias para adequar suas disposições ao estabelecimento do Comitê de Auditoria e Risco (CAR) como órgão estatutário e ao aumento do número de membros que compõe o Conselho de Administração;
- (iv) Definir em 6 (seis) o número de membros para a composição do Conselho de Administração no presente mandato, com duração até a AGO a se realizar em 2021;
- (v) Eleger um membro adicional para o atual do Conselho de Administração;
- (vi) Examinar, discutir e votar proposta de plano de pagamento de bônus extraordinário para membros da Diretoria;
- (vii) Examinar, discutir e votar proposta de alteração da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2020 aprovada na AGOE de 30/04/20;
- (viii) Examinar, discutir e votar proposta de acordo para extinção do Procedimento Arbitral CAM 53/15.

Informações gerais:

Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009 e suas alterações, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas nos websites de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/).

Em atenção ao disposto na ICVM 165/91, conforme alterada, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição do membro adicional ao Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do total das ações ordinárias da Companhia (ON – B3: TASA3), observado o prazo legal de 48 horas de antecedência da realização da AGE, nos termos do artigo 141, § 1º da Lei 6.404/76, conforme alterada.

Para participar da Assembleia, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia e da ICVM 481/09 conforme alterada, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão enviar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do artigo 126 da Lei nº

6.404/1976, conforme alterada e em vigor. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente até o dia 17.09.2019, às 14:00 horas, o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos. Os documentos podem ser entregues ou enviados por correio para a sede da Taurus, à Avenida São Borja, nº 2181, Prédio “A”, CEP 93035-411, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, aos cuidados da área de Relações com Investidores, ou enviados em formato eletrônico para para o e-mail agoe@taurus.com.br.

Os acionistas têm a opção de exercer seu direito de voto por meio de envio de Boletim de voto à distância (BVD). Informações detalhadas com relação às regras e procedimentos para participação e sobre o voto à distância (por meio do BVD) estão à disposição dos Senhores Acionistas no Manual da Assembleia / Proposta da Administração, nos websites de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/).

4 – Proposta da Administração

Informações sobre as matérias objeto de deliberação

Sobre a Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária, em relação à qual o direito a voto, em todos os itens, é exclusivo dos acionistas titulares de ações ordinárias (ON – B3: TASA3), a Administração da Companhia faz os seguintes comentários:

(i) Transformação do Comitê de Auditoria e Risco (CAR) em órgão estatutário

A Administração propõe que o estabelecimento do Comitê de Auditoria e Risco (CAR) seja incluído no Estatuto Social da Companhia. Desde 2011, quando criado, até a presente data, a instituição do CAR é atribuição do Conselho de Administração, porém sem que sua composição e competências estejam definidas no Estatuto Social da Companhia. A presente proposta reforça a manutenção do CAR como órgão permanente de assessoramento ao Conselho de Administração, alinhado às melhores práticas de governança corporativa e visando garantir a manutenção do monitoramento da qualidade de demonstrações financeiras e dos controles internos da Companhia.

(ii) Aumento do número de membros que compõe o Conselho de Administração

A Administração propõe ampliar de cinco para até sete o número de membros que compõe o Conselho de Administração da Companhia, mantendo inalteradas as demais disposições com relação à composição do órgão, como a definição de que 40% de seus membros sejam, necessariamente, Conselheiros independentes.

(iii) Alterações no Estatuto Social da Companhia necessárias para adequar suas disposições ao estabelecimento do Comitê de Auditoria e Risco (CAR) como órgão estatutário e ao aumento do número de membros que compõe o Conselho de Administração

A Administração propõe aprovar as seguintes alterações no Estatuto Social da Companhia:

- Inclusão de Artigos referentes à constituição e composição do Comitê de Auditoria e Risco (CAR);
- Alteração do Artigo 27, item XXIII, excluindo a atribuição do Conselho de Administração de instituição específica do Comitê de Auditoria e Risco (CAR); e
- Alteração do Artigo 20, com relação ao número de membros do Conselho de Administração, substituindo a disposição que o órgão será composto por cinco membros, para estabelecer que será composto por até sete membros.

No caso de aprovação dos itens (i) e (ii) da Ordem do dia desta AGE, essas alterações do Estatuto se fazem necessárias para que o documento que rege a Companhia espelhe as decisões tomadas por sua assembleia de acionistas.

O Anexo B deste Manual/Proposta apresenta separadamente as alterações propostas no Estatuto Social, com comentário sobre a justificativa de tais alterações, assim como o texto completo do documento, destacando tais alterações, conforme estabelecido pela ICVM 481/09 e suas alterações.

(iv) Definição do número de 6 (seis) membros para a composição do Conselho de Administração no atual mandato (até AGO de 2021)

A Administração da Companhia propõe que, no caso da aprovação do item (ii) desta Ordem do dia ampliando o número de membros do Conselho de Administração de cinco para até sete, seja aprovada a proposta de estabelecer em 6 (seis) o número de membros que compõe o Conselho de Administração no atual mandato. Dessa forma, além dos cinco membros já empossados no Conselho de Administração da Companhia, será aberta uma vaga adicional para o mandato em vigor, que se encerra na AGO a ser realizada em 2021.

(v) Eleição de 1 (um) novo membro do Conselho de Administração

No caso da aprovação do item (ii) desta Ordem do Dia, de ampliar de cinco para até sete o número de membros que compõe o Conselho de Administração, a Administração propõe eleger um membro adicional, independente, para compor o referido órgão de administração no mandato atual, agregando maior diversidade de experiências ao Conselho de Administração. O novo membro a ser eleito para o referido órgão de administração terá mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

O acionista controlador indica para o cargo o Sr. José Paulo Dornelles Cairolí, executivo com ampla vivência profissional na iniciativa privada, além de ter exercido a liderança na gestão de instituição financeira de fomento e atuado em cargo público do Poder Executivo, quando foi eleito Vice Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Por solicitação de acionista minoritário da Companhia, foi incluída a indicação para o cargo do Sr. Rogério da Silva Nunes, doutor em administração, com longo e sólido histórico na área acadêmica.

Informações sobre a experiência profissional dos candidatos à vaga única no Conselho de Administração da Companhia são apresentadas no Anexo C deste Manual / Proposta, na forma dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme estabelecido pela ICVM 481/09 e suas alterações.

(vi) Pagamento de bônus extraordinário para membros da Diretoria

A Administração da Companhia propõe a aprovação de pagamento de bônus para a Diretoria, em função do sucesso que vem sendo alcançado a partir do trabalho realizado para o *turn around* da Companhia. Desde 2018, a partir da renegociação da dívida e das medidas de reestruturação nos processos tanto de gestão como operacionais, a Taurus vem apresentando relevante melhoria em seus indicadores operacionais e financeiros. O padrão operacional da Companhia foi alçado a um novo patamar.

Como forma de reconhecer o esforço dedicado pela Diretoria para alcançar esses resultados e, ao mesmo tempo, oferecer um incentivo e garantir a retenção desses profissionais, a Administração sugere à Assembleia aprovar o pagamento de bônus extraordinário a esses executivos em 30/12/2020. O valor do bônus proposto, a ser pago em moeda corrente nacional, está indexado à cotação das ações preferenciais da Taurus Armas S.A. (PN – B3: TASA4).

Os detalhes com relação ao bônus ora proposto são apresentados no Anexo D deste documento.

(vii) Alteração da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2020

A Administração da Companhia propõe que seja aprovada a revisão da remuneração global prevista para os administradores no exercício social corrente, em função dos itens ii e v da Ordem do Dia desta AGE, referentes, respectivamente, a aumento do número de membros no Conselho de Administração e pagamento de bônus para administradores. A alteração da remuneração prevista tem o objetivo de adequar o montante aprovado na AGO de 31/04/2020 à nova composição do Conselho de Administração, com um membro adicional, e incluir a remuneração adicional, em forma de bônus extraordinário, de membros da Diretoria.

As informações relativas aos novos valores propostos para a remuneração dos administradores no exercício de 2020, na forma do item 13 do Formulário de Referência, conforme estabelecido pela ICVM 481/09, formam o Anexo E deste Manual / Proposta.

(viii) Examinar, discutir e votar proposta de acordo para extinção do Procedimento Arbitral CAM 53/15.

Desde 2015, o procedimento arbitral nº 53/15, proposto pela Taurus Armas S.A. (então Forja Taurus S.A) tramita na Câmara Arbitral do Mercado (CAM), mantida pela B3. A administração propõe que seja aprovada a proposta de acordo feita pela outra parte do Procedimento, entendendo que é a melhor opção para preservar os interesses da Companhia.

O referido Procedimento tramita sob sigilo e, portanto, não pode ser detalhado neste Manual / Proposta. Os documentos referentes ao acordo estão depositados na sede da Companhia e poderão ser analisados pelos acionistas interessados durante esta AGE.

Anexos

Os anexos a seguir apresentam as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, trazendo detalhamento de informações e documentos pertinentes às matérias constante da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto do acionista.

Anexo A

Modelo de procuração

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Dr. Marcelo Bervian, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RS nº 36.186, CPF 590.626.300-49, com endereço profissional na Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP 93035-411 – São Leopoldo/RS (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Taurus Armas S.A. (“Companhia”), na Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia” ou “AGE”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 21 de setembro de 2020, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, na Av. São Borja, 2181/Prédio A - São Leopoldo/RS e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada item da ordem do dia da Assembleia.

- (i) Examinar, discutir e votar proposta de transformação do Comitê de Auditoria e Risco (CAR) em órgão estatutário – voto exclusivo para titular de ações ordinárias (ON – B3: TASA3)

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

- (ii) Examinar, discutir e votar proposta de aumento do número de membros que compõe o Conselho de Administração - voto exclusivo para titular de ações ordinárias (ON – B3: TASA3)

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

- (iii) Aprovar as alterações no Estatuto Social da Companhia necessárias para adequar suas disposições ao estabelecimento do Comitê de Auditoria e Risco (CAR) como órgão estatutário e ao aumento do número de membros que compõe o Conselho de Administração - voto exclusivo para titular de ações ordinárias (ON – B3: TASA3)

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

- (iv) Definir em 6 (seis) o número de membros para a composição do Conselho de Administração no presente mandato, com duração até a AGO a ser realizada em 2021

José Paulo Dornelles Cairolí

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Rogério da Silva Nunes

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

- (v) Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos candidatos que você escolheu? [Caso o acionista opte por “abster-se” e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia.]

☐ Sim ☐ Não ☐ Abster-se

Visualização dos candidatos para indicação da percentagem (%) dos votos a ser atribuída.

José Paulo Dornelles Cairolí () %

Rogério da Silva Nunes () %

- (vi) Eleger um novo membro independente do Conselho de Administração - voto exclusivo para titular de ações ordinárias (ON – B3: TASA3)

() Aprovar () Rejeitar () Abster-se

- (vii) Examinar, discutir e votar proposta de pagamento de bônus extraordinário para membros da Diretoria - voto exclusivo para titular de ações ordinárias (ON – B3: TASA3)

() Aprovar () Rejeitar () Abster-se

- (viii) Examinar, discutir e votar proposta de alteração da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2020 aprovada na AGOE de 30/04/20 - voto exclusivo para titular de ações ordinárias (ON – B3: TASA3)

() Aprovar () Rejeitar () Abster-se

- (ix) Examinar, discutir e votar proposta de acordo para extinção do Procedimento Arbitral CAM 53/15. - voto exclusivo para titular de ações ordinárias (ON – B3: TASA3)

() Aprovar () Rejeitar () Abster-se

Anexo B

Estatuto Social - alterações

Alterações no Estatuto Social - comparativo

Alteração do Artigo 20 – número de membros que compõe o Conselho de Administração

Redação atual

Artigo 20 - O Conselho de Administração será composto **por 5 (cinco) membros**, pessoas naturais, residentes ou não no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, que se inicia com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura de novos eleitos.

Artigo 20 - O Conselho de Administração será composto **por até 7 (sete) membros**, pessoas naturais, residentes ou não no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, que se inicia com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura de novos eleitos.

Justificativa

O aumento no número de membros que compõe o Conselho de Administração visa criar a possibilidade de ampliar a representatividade nesse órgão de gestão, acrescentando a experiência de mais profissionais, com perfis diversos, que possam contribuir com a definição das linhas estratégicas e o controle das atividades da Companhia

A alteração não implica em efeitos jurídicos ou econômicos relevantes.

Alteração do parágrafo XXIII do Artigo 27 – tornar o Comitê de Auditoria e Riscos (CAR) estatutário

Redação atual

XXIII. instituir o **Comitê de Auditoria e Riscos** e decidir sobre a eventual organização de estruturas de assessoramento ao Conselho de Administração;

Redação proposta

XXIII. instituir e decidir sobre a eventual organização de estruturas de assessoramento ao Conselho de Administração;

Justificativa

Com a transformação do Comitê de Auditoria e Riscos (CAR) em órgão estatutário que tem sua instalação composição e competências definidas em artigos específicos do Estatuto Social da Companhia, deixa de ser

necessário especificar neste item XXIII do Artigo 27, dentro das competências do Conselho de Administração, a atribuição de instituir o referido Comitê.

A alteração não implica em efeitos jurídicos ou econômicos relevantes, uma vez que mantém o Comitê de Auditoria e Riscos (CAR) que já existe, transferindo e detalhando sua constituição e atribuições em novos artigos do Estatuto Social da Companhia.

Inclusão de dois novos artigos – tornar o Comitê de Auditoria e Riscos (CAR) estatutário

Proposta de nova redação, não existente no Estatuto Social atual:

Artigo 29 - O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”), órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração na forma prevista no art. 28, dotado de autonomia operacional, deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros dos quais: (a) pelo menos 1 (um) membro deverá ser Conselheiro Independente; e, (b) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Também 1 (um) mesmo membro poderá cumular as qualificações descritas nos itens “(a)” e “(b)”, em conformidade com as normas aplicáveis expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sendo que todos deverão ser nomeados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será coordenado por um Presidente designado no ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, dentre os Conselheiros Independentes.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração aprovará o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, requisitos de qualificação de seus membros e atividades do Presidente do Comitê de Auditoria, entre outras matérias.

Parágrafo 3º - O Comitê de Auditoria será dotado de orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

Artigo 30 - Compete ao Comitê de Auditoria:

- (i) opinar ao Conselho de Administração na escolha e contratação ou destituição dos serviços de auditoria independente da Companhia, sendo responsável pela definição da remuneração e pela supervisão dos auditores independentes, cabendo-lhe monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, bem como sua independência, assim como avaliar o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para apreciação do Conselho de Administração;
- (ii) aprovar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, eventuais serviços de auditoria ou extra auditoria prestados pelo auditor independente;
- (iii) assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iv) analisar e aprovar Plano Anual de Auditoria Interna e acompanhar os resultados da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, bem como o cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna, propondo ao Conselho as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-la;
- (v) assessorar o Conselho de Administração no monitoramento da efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e da função de compliance e acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

- (vi) assessorar o Conselho de Administração no monitoramento da efetividade do gerenciamento de riscos e avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;*
- (vii) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas;*
- (viii) possuir meios para recepção, retenção e tratamento de informações acerca de erros ou fraudes relevantes referentes à contabilidade, auditoria, controles internos e demonstrações financeiras, bem como do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;*
- (ix) outras competências estabelecidas no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.*

Justificativa

A inclusão dos novos artigos no Estatuto Social tem por objetivo tornar o Comitê de Auditoria e Risco órgão estatutário na Companhia, em linha com as melhores práticas de governança corporativa. A Taurus já conta com o CAR em sua estrutura de gestão, porém estabelecido a partir de competência do Conselho de Administração, sem que suas regras e composição estejam definidas no Estatuto Social da Companhia. A alteração, tornando-o um comitê de assessoramento estatutário, vem reforçar seu caráter de comitê permanente, encarregado de supervisionar as funções de auditoria e controle da Companhia. A medida visa trazer ainda maior transparência à gestão dos negócios, garantindo o tratamento equitativo, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

A alteração não implica em efeitos jurídicos ou econômicos relevantes, especialmente considerando que o Comitê já existe na prática.

Como se trata de nova redação, com inclusão de artigos no Estatuto Social como Artigos 29 e 30, a numeração dos demais artigos do documento, a partir do antigo Artigo 29, precisa ser alterada e, portanto, também referências a tais artigos feitas dentro do próprio documento.

Estatuto Social – nova redação integral

Os textos alterados e incluídos em relação ao Estatuto Social atualmente em vigor, assim como a nova numeração dos artigos, a partir do Artigo 20, e suas referências, estão **destacadas em amarelo** na cópia do Estatuto Social apresentada a seguir.

ESTATUTO SOCIAL DE TAURUS ARMAS S.A.

Capítulo I

Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração

Artigo 1º - TAURUS ARMAS S.A. ("Companhia") é uma Companhia Aberta, que se rege pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e por este Estatuto Social. A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

Parágrafo único – Com a admissão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitar-se-ão também às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO ("Regulamento do Nível 2").

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, 2181, Prédio A, Distrito Industrial, CEP 93.032-000, podendo abrir e fechar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por decisão do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

I - a indústria, o comércio, a importação e a exportação de:

- a) armas, peças para armas, algemas, artefatos de couro para uso e porte de armas, tais como cintos, cinturões e coldres;
- b) munição, componentes e matérias-primas para munição;
- c) ferramentas manuais, artigos de cutelaria, ferramentas de corte, máquinas operatrizes e ferramental de produção;
- d) coletes à prova de balas, roupas e acessórios destinados à proteção e segurança pessoal;
- e) produtos de segurança diversos para uso militar, policial, civil ou ainda para a prática de esportes;
- f) aparelhos e instrumentos de sinalização, alarme, controle, inspeção, proteção e segurança;
- g) roupas e acessórios do vestuário para uso em geral, bem como para a prática de esportes;
- h) peças forjadas em geral.

II - a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência técnica nos ramos de atividade retro mencionados;

III - a concessão de licença para uso de marcas, bem como a exploração de patentes, transferência de tecnologia e prestação de serviços especializados de assistência técnica e de engenharia de produto;

IV - a locação de bens próprios, móveis e imóveis; e

V - a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Parágrafo Único. A Fundação Taurus poderá receber da Instituidora um aporte mensal de recursos destinados ao custeio de todas as atividades, até o limite de 4% (quatro por cento) do salário base anual dos empregados da Companhia e demais empresas controladas da Companhia conveniadas à Fundação (sem quaisquer acréscimos), conforme último balanço auditado consolidado da Companhia.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II

Capital, Ações e Acionistas

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de **R\$520.277.183,61 (Quinhentos e vinte milhões, duzentos e setenta e sete mil, cento e oitenta e três reais e sessenta e um centavos)**, representado por 88.464.333 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, trezentas e trinta e três) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 42.019.019 (quarenta e dois milhões, dezenove mil e dezenove) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - A Companhia terá as ações de sua emissão listadas para negociação na BM&FBOVESPA, devendo para tanto respeitar os requisitos legais e regulamentares estabelecidos, de tal modo que se criem condições favoráveis à negociação de seus títulos e à captação de recursos para financiamento de seus projetos de expansão, aumento de produtividade, competitividade e, por conseguinte, de sua perpetuação.

Parágrafo 2º - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral ou Especial.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais emitidas pela Companhia têm as seguintes características:

- (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia;
- (ii) participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias;
- (iii) direito ao recebimento de um valor, por ação preferencial, correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago aos acionistas alienantes do Poder de Controle na hipótese de alienação do controle da Companhia nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social;
- (iv) exceto com relação às deliberações acerca das matérias especificadas no Parágrafo 4º abaixo, não conferirão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos.

Parágrafo 4º - As ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral acerca das matérias abaixo indicadas, caso em que a cada ação preferencial corresponderá um voto:

- I. transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- II. aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral;
- III. avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- IV. escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e
- V. alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Parágrafo 5º - Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a prestação dos serviços de ações escriturais.

Parágrafo 6º - A propriedade da ação escritural presume-se pelo registro em conta de depósito de ações, aberta em nome do acionista nos livros da instituição financeira depositária.

Parágrafo 7º - A transferência da ação escritural opera-se pelo lançamento efetuado pela instituição depositária em seus livros, a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente, à vista de ordem escrita do alienante, ou de autorização ou ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder da instituição.

Parágrafo 8º - A instituição depositária fornecerá ao acionista extrato da conta de depósito das ações escriturais, sempre que solicitado, ao término de todo o mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano.

Parágrafo 9º - Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 6º - A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração até o limite de 155.553.878 (cento e cinquenta e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, oitocentas e setenta e oito) ações, todas sem valor nominal, observando-se que o número de ações preferenciais não poderá exceder a 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração fixará, em cada caso, a quantidade de ações a serem emitidas, o local da distribuição, a forma da distribuição (pública ou privada), o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de ações e/ou bônus de subscrição sem respeitar a proporção.

Artigo 7º - A emissão de ações para subscrição pública ou particular, para integralização em dinheiro, bens ou mediante a capitalização de créditos, dentro dos limites do capital autorizado, será efetivada por deliberação do Conselho de Administração, observadas as seguintes condições:

I. em se tratando de emissão destinada à subscrição particular, a Diretoria comunicará aos acionistas, mediante aviso publicado pela imprensa ou carta registrada, a deliberação do Conselho de Administração de aumentar o capital, oferecendo-lhes um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para exercício dos respectivos direitos de preferência;

II. em qualquer hipótese, o valor mínimo de realização inicial será de 10% (dez por cento) do preço de emissão das ações subscritas, devendo o saldo ser integralizado de acordo com chamadas da Diretoria, em prazos a serem fixados pelo Conselho de Administração, que não poderão exceder 12 (doze) meses da data de emissão; e

III. a emissão de ações para integralização em bens dependerá de prévia avaliação, na forma da lei.

Parágrafo 1º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o Parágrafo 4º do Artigo 171 da Lei nº 6.404/76, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita nos termos previstos nos incisos I e II, do caput do Artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - O critério de atribuição de dividendos às ações emitidas nos termos deste Artigo será sempre fixado, de modo claro e preciso, na ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre cada emissão. Tais ações, porém, participarão sempre e integralmente dos subsequentes aumentos de capital por capitalização de lucros e/ou reservas.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração disporá sobre as sobras de ações não subscritas em aumento de capital privado durante o prazo do exercício de preferência, determinando, antes da venda das mesmas em bolsa de valores, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre aqueles que tiverem manifestado, no boletim ou lista de subscrição, interesse em subscrevê-las.

Parágrafo 4º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas.

Artigo 8º - A Diretoria poderá suspender os serviços de conversão, desdobramento, grupamento e transferência de ações pelo prazo máximo de 15 dias consecutivos antes da realização da Assembleia Geral, ou por 90 (noventa) dias intercalados durante o ano.

Seção I

Suspensão do Exercício de Direitos

Artigo 9º - A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei, sua regulamentação ou por este Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A suspensão do exercício dos direitos poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião, ordinária ou extraordinária, em que a matéria constar da ordem do dia.

Parágrafo 2º - Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembleia Geral quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, ao pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e da identidade do acionista inadimplente.

Parágrafo 3º - Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

Parágrafo 4º - A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

Seção II

Acordo de Acionistas

Artigo 10 – A Companhia deverá observar os acordos de acionistas quando arquivados em sua sede social.

Parágrafo 1º - Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas cujas disposições conflitem com as normas legais ou deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle será registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

Artigo 11 - Os acordos de acionistas não poderão ser invocados para eximir o acionista de responsabilidade no exercício do direito de voto ou do poder de controle.

Capítulo III

Assembleia Geral

Artigo 12 - A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Único - A Companhia poderá eventualmente adotar o procedimento eletrônico para realização da Assembleia Geral de Acionistas, observadas as prescrições legais pertinentes.

Seção I

Competência

Artigo 13 - Compete privativamente à Assembleia Geral, além das atribuições previstas no Artigo 122 e em outros dispositivos da Lei nº 6.404/76:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- II. eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração;
- III. fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia;
- IV. deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Nível 2;
- V. escolher a empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, nos termos previstos no Capítulo VII abaixo;

VI. aprovar planos de outorga de opções de compra de ações e de outros benefícios aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 7º deste Estatuto Social;

VII. deliberar sobre a proposta de destinação do lucro e de distribuição de dividendos pela Companhia apresentada pela administração;

VIII. decidir sobre eventuais bonificações, grupamentos e desdobramentos de ações; e

IX. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação da Companhia.

Seção II

Convocação

Artigo 14 - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. A Assembleia Geral poderá ainda ser convocada nos casos previstos em lei ou neste Estatuto, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes.

Seção III

Legitimação e Representação

Artigo 15 – Para poder participar da Assembleia Geral os acionistas ou seus representantes legais deverão exhibir, além do documento de identidade, comprovante da instituição financeira depositária das ações, expedido com a antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data de realização da Assembleia.

Parágrafo 1º - A Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária.

Parágrafo 2º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, observado o disposto no Parágrafo 7º do Artigo 118 da mesma lei, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia.

Parágrafo 3º - Desde que (i) por escrito; e (ii) no estrito interesse da Companhia, os acionistas poderão enviar à Companhia, aos cuidados do Presidente do Conselho de Administração, solicitação de inclusão de matérias na ordem do dia da Assembleia Geral. A Companhia poderá rejeitar tal solicitação, em parte ou em sua totalidade, desde que tal recusa seja devidamente justificada, por escrito, e arquivada na sede social, juntamente com a respectiva solicitação.

Seção IV

“Quorum” de Instalação

Artigo 16 – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda, convocação, com qualquer número de acionistas.

Seção V

Mesa

Artigo 17 - Os trabalhos da Assembleia serão dirigidos por Mesa presidida por indivíduo, acionista ou não, a ser eleito pela maioria dos acionistas com direito de voto presente à respectiva Assembleia.

Parágrafo 1º - O Secretário da Assembleia será designado pelo Presidente da Mesa.

Parágrafo 2º - O Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores ou seus substitutos estarão, necessariamente, presentes à Assembleia Geral a fim de prestar eventuais esclarecimentos e informações aos acionistas e à Mesa a respeito de matérias compreendidas em suas atribuições.

Seção VI

Deliberações

Artigo 18 – Respeitadas as exceções legais, a Assembleia Geral, somente poderá deliberar acerca de assuntos expressamente previstos na ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

Parágrafo Único – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco ou nulos, e observando-se, quando for o caso, o disposto nos Parágrafos 8º e 9º do Artigo 118 da Lei n.º 6.404/76 e o disposto no Artigo 47, parágrafo 1º, deste Estatuto.

Capítulo IV

Administração da Companhia

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 19 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria, com funções representativas e executivas.

Parágrafo 1º - Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 2º - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração ou no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, conforme o caso, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e mediante prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 3º - A partir da investidura em seus cargos, os administradores deverão prestar as informações exigidas pela regulamentação aplicável, inclusive comunicar à B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos e respectivas alterações.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 20 - O Conselho de Administração será composto por até 7 (sete) membros, pessoas naturais, residentes ou não no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, que se inicia com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura de novos eleitos.

Artigo 21 - No mínimo 40% (quarenta por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido neste Artigo.

Parágrafo 1º - Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo 2º - Para fins deste Estatuto Social, considera-se “Conselheiro Independente” o Conselheiro que:

- I. não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social;
- II. não for Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, não for, não ser ou não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2 (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa);
- III. não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;
- IV. não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência;
- V. não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia;
- VI. não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia;
- VII. não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Parágrafo 3º - Também será considerado Conselheiro Independente o Conselheiro que tiver sido eleito com base na faculdade prevista pelos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 141 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo 4º - A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da Assembleia Geral que o eleger.

Artigo 22 - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 1º - Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento referidos no caput deste artigo.

Parágrafo 2º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

Artigo 23 - Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado a acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo até 48 (quarenta e oito) horas antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia.

Parágrafo Único – A Companhia deverá, imediatamente após o recebimento do pedido, divulgar o teor de tal pedido, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA, comunicando que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

Artigo 24 - O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, indicados por maioria dentre os Conselheiros eleitos. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Parágrafo 1º - Competirá ao Presidente e, em sua falta ao Vice-Presidente, convocar as Assembleias Gerais, assim como convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Vagando o cargo de Presidente do Conselho, competirá à Assembleia Geral, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que se verificou a vacância, eleger um substituto para completar o mandato do Presidente o qual, até a realização dessa Assembleia, será substituído pelo Vice-Presidente.

Parágrafo 3º - Vagando qualquer outro cargo no Conselho de Administração, inclusive o de Vice-Presidente, os Conselheiros remanescentes designarão um substituto que irá servir até a primeira Assembleia Geral. Vagando a maioria dos cargos, convocar-se-á de imediato a Assembleia Geral para proceder-se a eleição de novos membros, os quais completarão o mandato dos substituídos.

Artigo 25 - O Conselho de Administração reúne-se trimestralmente em caráter ordinário, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 3 (três) dias úteis. Os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, de modo que os membros do conselho possam se informar adequadamente sobre os assuntos a serem tratados.

Parágrafo Único - Será dispensada a convocação de que trata este Artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício do Conselho de Administração.

Artigo 26 - As reuniões do Conselho de Administração se instalarão e funcionarão, validamente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes, observado o disposto nos Parágrafos 8º e 9º do Artigo 118 da Lei n.º 6.404/76, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de qualidade, em caso de empate na votação.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de telefone, correio eletrônico, vídeo conferência ou outro meio de comunicação que permita a todos os participantes da reunião a perfeita compreensão das deliberações discutidas, sendo certo que os membros do Conselho de Administração que participarem da referida reunião, por qualquer de tais meios, serão considerados, para todos os fins, presentes à reunião.

Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração deverão sempre constar de atas, que deverão ser assinadas pelos Conselheiros presentes e lavradas no competente Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração deverão ser (i) referidos na ata da respectiva reunião, (ii) posteriormente confirmados em documento por escrito, entregue ao Presidente do Conselho de Administração, e (iii) juntados ao respectivo Livro de Atas.

Parágrafo 4º - Nas reuniões do Conselho de Administração será admitido o voto escrito, proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem. Em tal hipótese, deverá ser observado o procedimento previsto na parte final do parágrafo 3º deste Artigo.

Parágrafo 5º - As atas de reunião do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser arquivadas no registro do comércio e publicadas.

Artigo 27 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições previstas em lei ou no presente Estatuto Social:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;
- II. eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, inclusive as de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto Social;
- III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia e de suas controladas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- IV. convocar anualmente a Assembleia Ordinária, e a Extraordinária quando julgar conveniente;
- V. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, a proposta de destinação do resultado e outros documentos a serem submetidos à Assembleia Geral;
- VI. deliberar sobre a emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições da subscrição, inclusive preço e prazo de integralização;
- VII. escolher e destituir os auditores independentes, observado o direito de veto assegurado pela lei aos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários, se houver;
- VIII. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- IX. deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, de acordo com o Artigo 30 da Lei n.º 6.404/76;
- X. deliberar sobre a emissão, conversão, resgate antecipado de notas promissórias, debêntures, bônus e demais títulos para distribuição pública ou privada, estabelecendo as condições a que estiverem sujeitas, nos termos da lei;

XI. deliberar sobre a realização de qualquer operação de financiamento ou crédito em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, assim como sobre a alteração de quaisquer de seus termos e condições;

XII. declarar ad referendum da Assembleia Ordinária dividendos ou juros sobre o capital, com base em balanço anual ou intermediário, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei n.º 6.404/76 e demais disposições aplicáveis;

XIII. deliberar sobre planos estratégicos, políticas empresariais, orçamentos e suas respectivas alterações, projetos de expansão, programas de investimento, zelando pelo seu estrito cumprimento;

XIV. autorizar, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;

XV. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros, que não sejam sociedades controladas pela Companhia, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;

XVI. aprovar qualquer alienação ou locação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente da Companhia em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;

XVII. aprovar a alienação, permuta ou atos que importem em outorga de garantias ou ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia em favor de terceiros, ou que importem em renúncia de direito, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, exceto em relação a sociedades em que a Companhia possua ou detenha direitos que lhe assegurem participação permanente, direta ou indireta, superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social;

XVIII. definir a lista tríplice de empresas especializadas, dentre as quais a Assembleia Geral escolherá a que elaborará o laudo de avaliação econômica das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Nível 2;

XIX. aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

XX. requerer a recuperação judicial ou extrajudicial ou a falência da Companhia, após autorizado pela Assembleia Geral, quando tal conclave for previsto na legislação;

XXI. aprovar qualquer transação entre a Companhia e (i) seus acionistas controladores diretos e indiretos; (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia; ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária; observando-se que todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima referidas deverão ser realizadas em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros; e assegurando-se a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso;

XXII. fixar a remuneração dos Administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral;

XXIII. instituir o Comitê de Auditoria e Riscos e decidir sobre a eventual organização de estruturas de assessoramento ao Conselho de Administração;

XXIV. autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas, observada política previamente aprovada pelo próprio Conselho de Administração;

XXV. definir a política de participação nos lucros e resultados pelos empregados da Companhia, observados os limites legais e a política de recursos humanos da Companhia;

XXVI. definir, a política de proteção de ativos e passivos financeiros, inclusive com a utilização de instrumentos financeiros derivativos em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, bem como os respectivos procedimentos e sistemas de controles internos e de informação (*report*);

XXVII. aprovar o código de ética e de conduta aplicáveis aos colaboradores da Companhia e zelar pelo seu estrito cumprimento; e

XXVIII. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração definirá valores de alçada para a Diretoria poder praticar, independentemente de autorização específica, os atos e operações referidos nos incisos X, XI, XV, XVI, XVII e XXI do caput deste artigo.

Artigo 28 - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Artigo 29 - O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”), órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração na forma prevista no art. 28, dotado de autonomia operacional, deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros dos quais: (a) pelo menos 1 (um) membro deverá ser Conselheiro Independente; e, (b) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Também 1 (um) mesmo membro poderá cumular as qualificações descritas nos itens “(a)” e “(b)”, em conformidade com as normas aplicáveis expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sendo que todos deverão ser nomeados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será coordenado por um Presidente designado no ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, dentre os Conselheiros Independentes.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração aprovará o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, requisitos de qualificação de seus membros e atividades do Presidente do Comitê de Auditoria, entre outras matérias.

Parágrafo 3º - O Comitê de Auditoria será dotado de orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

Artigo 30 - Compete ao Comitê de Auditoria:

- (i) opinar ao Conselho de Administração na escolha e contratação ou destituição dos serviços de auditoria independente da Companhia, sendo responsável pela definição da remuneração e pela supervisão dos auditores independentes, cabendo-lhe monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, bem como sua independência, assim como avaliar o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para apreciação do Conselho de Administração;
- (ii) aprovar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, eventuais serviços de auditoria ou extra auditoria prestados pelo auditor independente;
- (iii) assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iv) analisar e aprovar Plano Anual de Auditoria Interna e acompanhar os resultados da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, bem como o cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna, propondo ao Conselho as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-la;
- (v) assessorar o Conselho de Administração no monitoramento da efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e da função de compliance e acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (vi) assessorar o Conselho de Administração no monitoramento da efetividade do gerenciamento de riscos e avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (vii) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas;
- (viii) possuir meios para recepção, retenção e tratamento de informações acerca de erros ou fraudes relevantes referentes à contabilidade, auditoria, controles internos e demonstrações financeiras, bem como do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (ix) outras competências estabelecidas no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Seção III
Diretoria

Artigo 31 - A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, acionistas ou não, residentes no País, admitida a reeleição. Dentre eles serão eleitos: 1 (um) Diretor Presidente; até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes; até 3 (três) Diretores sem designação especial e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, em todos os casos atendidos os requisitos estabelecidos na legislação aplicável e no presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º - O prazo de gestão dos Diretores, quando for o caso, se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo 2º - No caso de vacância na Diretoria, a referida vaga poderá ser preenchida pelo Conselho de Administração, devendo uma reunião do Conselho de Administração ser convocada para eleger o substituto, cujo mandato expirará com os demais Diretores. Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores

remanescentes substituirão o Diretor ausente ou impedido, conforme designação do Diretor Presidente (ou da maioria dos Diretores, no caso de o cargo de Diretor Presidente ser aquele a ser substituído).

Parágrafo 3º - O Diretor Presidente eleito somente poderá ser nomeado e destituído mediante concordância da maioria dos Conselheiros participantes da reunião convocada especificamente para essa finalidade.

Artigo 32 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer Diretor, instalando-se validamente suas reuniões com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único - A Diretoria deliberará por maioria de votos dos presentes, devendo suas decisões constar sempre de atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio.

Artigo 33 - Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores e das especiais que lhes forem cometidas pelo Conselho de Administração, competirá especificamente:

- I. ao Diretor Presidente: fazer executar a política administrativa da companhia, coordenar as atividades dos demais Diretores e presidir as reuniões da Diretoria;
- II. aos Diretores Vice-Presidentes: substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos temporários e supervisionar os setores econômico-financeiro, de mercado de capitais, administrativo, contábil, de processamento de dados, industrial e de produção, conforme a divisão de atribuições definida pelo Conselho de Administração;
- III. ao Diretor de Relações com Investidores: prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas; e
- IV. aos Diretores sem designação especial: desempenhar as atribuições que lhes forem confiadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Os Diretores poderão praticar, isoladamente, apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da Companhia.

Parágrafo 2º - A representação ativa e passiva da Companhia, em atos, contratos e operações que impliquem em responsabilidade da Companhia superior aos limites a serem estipulados pelo Conselho de Administração compete, privativamente, ao Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor.

Parágrafo 3º - A representação ativa e passiva da Companhia, em atos, contratos e operações que impliquem em responsabilidade da Companhia inferior aos limites a serem estipulados pelo Conselho de Administração compete a quaisquer 2 (dois) Diretores.

Parágrafo 4º - O Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor da Companhia poderá constituir procuradores ou mandatários para representar isoladamente a Companhia na prática legítima de atos e assunção de obrigações em nome da Companhia. Salvo em relação aos mandatos outorgados para fins judiciais, os mandatos outorgados pelos Diretores definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados e o prazo do mandato.

Artigo 34 - Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos.

Parágrafo Único - Compete à Diretoria, além de outras funções previstas em lei ou neste Estatuto Social, submeter anualmente à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria e Riscos, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior.

Capítulo V

Conselho Fiscal

Artigo 35 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento será permanente.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, previsto no Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral elegerá e empossará os seus membros e respectivos suplentes, fixando-lhes a respectiva remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Artigo 36 - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

Parágrafo 1º - Na constituição do Conselho Fiscal deverão ser observadas as normas constantes do Parágrafo 4º do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em Lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia.

Parágrafo 3º - Ao menos um dos membros do Conselho Fiscal deverá comparecer às Assembleias Gerais e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

Capítulo VI

Exercício Social e Distribuição e Retenção de Lucros

Artigo 37 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas.

Parágrafo 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados.

A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável.

Parágrafo 4º - Os dividendos intermediários, intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos, nos termos do Artigo 38 abaixo

Artigo 38 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 39 - Feitas as deduções referidas no **Artigo 38** supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do **Artigo 40** deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.

Artigo 40 - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 36 e 37 deste Estatuto Social, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos precisos termos do Artigo 202, inciso I, combinado com os artigos 195 e 195-A, todos da Lei nº 6.404/76:

- I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal;
- II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e
- III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais.

Parágrafo 1º - Do lucro líquido ajustado nos termos do caput deste Artigo, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento).

Parágrafo 2º - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no Parágrafo 1º, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo 3º - Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Artigo 41 - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores poderá ser transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos.

Artigo 42 - Quando declarados dividendos trimestrais ou semestrais, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, ad referendum da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais.

Capítulo VII

Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Artigo 43 – A Alienação do Controle da Companhia, conforme definido no Regulamento do Nível 2, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente, conforme definido no Regulamento do Nível 2, se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia recebam tratamento igualitário àquele dado ao acionista ou Grupo de Acionistas, conforme definido Regulamento do Nível 2, que detiver o Poder de Controle da Companhia, conforme definido no Regulamento do Nível 2, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação do acionista alienante.

Artigo 44 – A oferta pública referida no artigo anterior será exigida ainda:

I. sempre que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou

II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à **B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO** o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 45 – Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 41 deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à **B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO** operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 46 – A Companhia não poderá registrar qualquer transferência de ações para o Adquirente, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Nível 2.

Artigo 47 – Deliberado o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, observado o disposto no **Artigo 49** deste Estatuto Social.

Artigo 48 – Caso os acionistas, em Assembleia Extraordinária, deliberarem a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2 ou tal consequência decorrer da aprovação de uma operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, ou do cancelamento do registro de companhia aberta, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico por ação apurado em laudo de avaliação, observado o disposto no Artigo 47 deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º – A oferta pública prevista neste Artigo será feita em conformidade com a legislação aplicável, as regras de ofertas públicas de aquisição de ações estabelecidas pela CVM, bem como aquelas estabelecidas no Regulamento de Listagem do Nível 2.

Parágrafo 2º – A decisão de descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2 deve ser comunicada por escrito à B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO com antecedência prévia de 30 (trinta) dias e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a referida descontinuidade.

Parágrafo 3º – A Alienação de Controle nos 12 (doze) meses subsequentes à aprovação da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2 obrigará o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente, conjunta e solidariamente, a oferecerem aos demais acionistas da Companhia a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as regras aplicáveis à Alienação de Controle neste Capítulo e no Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 4º – Se o preço obtido pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída, realizada de acordo com este Artigo, o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurada aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no parágrafo acima.

Parágrafo 5º – Na hipótese da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2, os valores mobiliários da Companhia não poderão retornar a ser negociados no Nível 2 por um período mínimo de 2 (dois) anos contados da data em que tiver sido formalizada a descontinuidade, salvo se a Companhia tiver o seu controle acionário alienado após a referida formalização.

Parágrafo 6º – O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste Artigo se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver

autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Artigo 49 – O laudo de avaliação previsto nos **Artigos 47 e 48** deste Estatuto Social deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e acionistas controladores, devendo satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo Artigo da lei.

Parágrafo 1º - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco ou nulos, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação, conforme definido no Parágrafo 2º abaixo, presentes na Assembleia Geral que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º - Ações em Circulação significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele(s) vinculadas, por Administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

Parágrafo 3º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido nos termos dos Artigos 45 e 46 deste Estatuto Social deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Artigo 50 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas nos **artigos 43 e 44** acima.

Parágrafo 1º – A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 51 - A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 47 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo 3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa.

Parágrafo 4º - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Capítulo VIII

Dissolução e Liquidação da Companhia

Artigo 52 - A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

Artigo 53 - A liquidação será efetuada por uma comissão liquidante designada pela Assembleia Geral, podendo tal nomeação cair na própria Diretoria.

Artigo 54 - A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, a duração do mandato da comissão liquidante e a respectiva remuneração, cabendo-lhe ainda eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação da Companhia.

Capítulo IX

Arbitragem

Artigo 55 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa, no Regulamento do Nível 2, no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, neste Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, no Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias no Nível 2, nos regulamentos da **B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO** e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo Único - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência por qualquer das partes do procedimento arbitral ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverá obedecer às previsões do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, notadamente o disposto no item 5.1 e respectivos subitens.

Capítulo X

Disposições Finais

Artigo 56 – Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Artigo 57 – Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor.

Anexo C

Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, informações relativas ao candidato indicado

12.5 - Experiência profissional

Nome	José Paulo Dornelles Cairolí	Rogério da Silva Nunes
Data nascimento	09/03/1952	28/02/1961
Idade	68 anos	59 anos
Profissão	Engenheiro	Administrador
CPF	213.040.680/72	296.184.280-87
Cargo eletivo ocupado	Candidato a Conselheiro de Administração	Candidato a Conselheiro de Administração
Data da eleição	Votação em AGE de 31/09/2020	Votação em AGE de 31/09/2020
Data de posse	Se eleito, prevista para 31/09/2020	Se eleito, prevista para 31/09/2020
Prazo do mandato	Até a AGO de 2021	Até a AGO de 2021
Outros cargos ou funções no emissor	Não se aplica	Não se aplica
Foi eleito pelo controlador	Indicado pelo controlador	Indicado por minoritário
Membro independente	Sim	Sim
Número de mandatos consecutivos	0	0

m. informações sobre:

- i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos; e
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

José Paulo Dornelles Cairolí - Ao se candidatar pela primeira vez a um cargo público em 2014, o Sr. José Paulo Dornelles Cairolí foi eleito Vice Governador do Estado do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou entre 2015 e 2018. Nesse período, comandou o Gabinete Especial de Crise durante a “greve nacional dos caminhoneiros” e, em 2017, assumiu temporariamente o cargo de Secretário de Segurança Pública. Entre os anos de 1995 e 2007, foi Diretor para Assuntos do Mercosul do Grupo de Petróleo Ipiranga. Entre 1992 e 1995, foi Diretor Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Anteriormente, entre 1975 e 1992, atuou em diversas posições dentro do Grupo de Petróleo Ipiranga, como Gerente do Departamento de Engenharia, Gerente da Divisão de Operações, Diretor Superintendente da Comercial Farroupilha e Diretor de Marketing.

Rogério da Silva Nunes - O Sr. Rogério da Silva Nunes é administrador, com Graduação em Administração Pública e de Empresas e Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo. Desde 2006, é Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De 2013 a 2016, coordenou a área de Empreendedorismo e

Governança Corporativa (EGC) e a área de Empreendedorismo, Inovação e Startups (2017-2018) no Encontro da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ENANGRAD). Desenvolveu carreira acadêmica, tendo atuado como docente na graduação e mestrado, pesquisador e em cargos administrativos em diversas universidades públicas e privadas brasileiras, como Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Centro Universitário Álvares Penteado (FECAP), Faculdades Integradas de São Paulo (FISP), Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (UNIFMU) e Universidade Nove de Julho (UNINOVE).

- n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**
- i. Qualquer condenação criminal:**
 - ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:**
 - iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:**

José Paulo Dornelles Cairoli - Não se aplica, pois o Sr. José Paulo Dornelles Cairoli declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos cinco anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Declarou ainda ser pessoa politicamente exposta, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf), pois foi Vice Governador do Estado do Rio Grande do Sul no período de 01/01/2015 a 31/12/2018, tendo também assumido temporariamente, em 2017, o cargo de Secretário de Segurança Pública desse Estado.

Rogério da Silva Nunes – Não se aplica, pois o Sr. Rogério da Silva Nunes declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos cinco anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Declarou ainda não ser pessoa politicamente exposta, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

12.6 - Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Sr. José Paulo Dornelles Cairoli - Não se aplica, pois o Sr. José Paulo Dornelles Cairoli é candidato a membro do Conselho de Administração da Companhia e não atuou como membro desse órgão da administração ou do Conselho Fiscal da Taurus no último exercício.

Rogério da Silva Nunes - Não se aplica, pois o Sr. Rogério da Silva Nunes é candidato a membro do Conselho de Administração da Companhia e não atuou como membro desse órgão da administração ou do Conselho Fiscal da Taurus no último exercício.

12.7 – Composição dos Comitês

José Paulo Dornelles Cairoli - Não se aplica, pois o Sr. José Paulo Dornelles Cairoli é candidato a membro do Conselho de Administração da Taurus e não atua no momento, assim como não atuou no exercício anterior, como membro de comitês da Companhia.

Rogério da Silva Nunes - Não se aplica, pois o Sr. José Paulo Dornelles Cairoli é candidato a membro do Conselho de Administração da Companhia e não atuou como membro desse órgão da administração ou do Conselho Fiscal da Taurus no último exercício.

12.8 – Comitês - percentual de participação nas reuniões realizadas, que tenham ocorrido após a posse no cargo

José Paulo Dornelles Cairoli - Não se aplica, pois o Sr. José Paulo Dornelles Cairoli é candidato a membro do Conselho de Administração da Taurus e não atua no momento, assim como não atuou no exercício anterior, como membro de comitês da Companhia.

Rogério da Silva Nunes - Não se aplica, pois o Sr. Rogério da Silva Nunes é candidato a membro do Conselho de Administração da Taurus e não atua no momento, assim como não atuou no exercício anterior, como membro de comitês da Companhia.

12.9 – Relações familiares - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau

José Paulo Dornelles Cairoli - Inexiste relação conjugal, união estável ou grau de parentesco até o segundo grau entre o Sr. José Paulo Dornelles Cairoli e administradores de qualquer empresa do grupo Taurus, inclusive dos controladores da Companhia.

Rogério da Silva Nunes - Inexiste relação conjugal, união estável ou grau de parentesco até o segundo grau entre o Sr. Rogério da Silva Nunes e administradores de qualquer empresa do grupo Taurus, inclusive dos controladores da Companhia.

12.10 – Relação de Subordinação, Prestação de Serviços ou Controle mantidas nos 3 últimos exercícios sociais

José Paulo Dornelles Cairoli - Inexiste relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida, nos três últimos exercícios sociais, entre o Sr. José Paulo Dornelles Cairoli e qualquer empresa do grupo Taurus, inclusive dos controladores da Companhia, assim como com fornecedores, clientes, devedores ou credores relevantes.

Rogério da Silva Nunes - Inexiste relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida, nos três últimos exercícios sociais, entre o Sr. Rogério da Silva Nunes e qualquer empresa do grupo Taurus, inclusive dos controladores da Companhia, assim como com fornecedores, clientes, devedores ou credores relevantes.

Anexo D

Proposta de remuneração na forma de bônus para os Administradores

Proposta

Pagamento de bônus extraordinário e pontual a membros da Diretoria da Companhia (“Beneficiários”).

O benefício tem por objetivo outorgar aos elegíveis direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia, com liquidação em caixa, como parte do pacote de remuneração variável, com vistas a reconhecer o êxito e a consecução dos objetivos propostos, que permitiu o *turn-around* da Companhia, e oferecer um incentivo para a retenção dos executivos.

Cálculo do valor do bônus

O valor a ser pago em moeda nacional corrente será indexado à cotação da ação preferencial da Companhia, no modelo de *phantom shares*. Cada *phantom share* representará o direito do Beneficiário de receber o valor integral correspondente à cotação média na B3 de 1 (uma) ação preferencial da Taurus Armas S.A. (B3: TASA4) nos 5 (cinco) pregões anteriores, incluindo a Data Base. Nesse caso, será utilizada a média linear obtida a partir da cotação média de uma ação no período de 09 a 15 de dezembro de 2020, inclusive, conforme demonstrado a seguir.

Benefício= média linear da cotação média da ação preferencial (B3: TASA4) dos dias 09 ao 15 de dezembro de 2020 x quantidade de *phantom shares*

Onde, “x” significa multiplicação.

O montante apurado será o valor bruto da quantia em moeda corrente nacional que o Beneficiário terá direito a receber, sobre o qual incidirão todas as retenções de tributos e descontos/deduções legais aplicáveis, ficando a Companhia desde já autorizada a realizar as referidas deduções e descontos.

Data de Apuração para determinação do valor

O valor da remuneração em moeda nacional corrente será definido após o encerramento do pregão da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão do dia 15 de dezembro de 2020.

Forma e data do pagamento

O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, na data de 30 de dezembro de 2020.

Montante a ser distribuído

No total, o pagamento do bônus extra aos Beneficiários será de 710.000 (setecentos e dez mil) *phantom shares*.

Regras para o pagamento do benefício

As *phantom shares* ficarão sujeitas à valorização e flutuação de preço da ação preferencial no decorrer do período determinado, a saber, a partir da cotação média da ação preferencial na B3 no dia 15 de dezembro de 2020, até a data do efetivo pagamento, que será realizado em 30 de dezembro de 2020.

As *phantom shares* não conferem ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, dividendos e outros direitos políticos. Nenhuma ação preferencial de emissão da Taurus Armas S.A. será entregue aos Beneficiários em razão das *phantom shares* outorgadas.

Hipóteses de Desligamento

No caso de o Diretor elegível ao recebimento da remuneração ser desligado da Companhia por vontade desta, com destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, antes de 30 de dezembro de 2020, o elegível terá direito a receber o bônus integralmente na data do vencimento das *phantom shares*.

O executivo elegível perderá o direito ao recebimento da totalidade das *phantom shares* a ele atribuídas se, até a data do pagamento do bônus (30 de dezembro de 2020): (i) se desligar da Companhia por vontade própria, renunciando ao seu cargo de administrador; (ii) for desligado da Companhia por vontade desta, com destituição do seu cargo com violação dos deveres e atribuições de administrador.

Anexo E

Item 13 do Formulário de Referência – revisão da remuneração para o exercício 2020

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado. Não há uma política de remuneração formalmente aprovada.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

Excepcionalmente, com relação à remuneração do exercício de 2020, está sendo proposto, em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração dos montantes aprovados em AGO realizada em 30/04/2020, de modo a incluir o valor referente a bônus pontual, extraordinário, proposto pelo Conselho de Administração para os membros da Diretoria, além do valor referente à remuneração anual de membro adicional do Conselho de Administração, a ser eleito na mesma Assembleia Geral Extraordinária.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano, e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, influenciado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia, cuja redação foi consolidada em Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de dezembro de 2015 é integralmente descrita abaixo:

“Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.”

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, check-up médico, automóvel e seguro de vida.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente. Esta remuneração equivale à 10% da remuneração média dos diretores estatutários.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

ii. em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios. Foram considerados os encargos do Emissor (os 20% do INSS) neste cálculo, apesar de mostrados de forma segregada nas tabelas do Item 13.2. do FRE – Formulário de Referência. Tendo sido revistos os cálculos para os exercícios de 2017, 2018, 2019 e previsto para 2020.

Taurus Realizado 2019

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	52,21%	44,88%	2,91%	100,0%

Taurus Realizado 2018

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	78,1%	18,0%	3,9%	100,0%

Taurus Realizado 2017

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	100%,0	0%	0%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Administradores é atrelada à evolução dos índices de inflação nacionais, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida por meio de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado, podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração não inclui parcela variável e é fixada anualmente na Assembleia Geral Ordinária, em linha com a remuneração média de mercado para empresas de porte semelhante à Taurus, considerando ainda a situação econômico-financeira da Companhia.

A remuneração da Diretoria Executiva é proposta pelo Conselho de Administração e a previsão do montante total a ser pago no exercício, aprovado em Assembleia. A remuneração dos diretores é baseada na comprovada capacidade técnica necessária para a melhor condução dos negócios, considerando parcela de remuneração fixa e parcela variável, com base no princípio da meritocracia, que visa a recompensar a dedicação e efetividade do trabalho dos executivos para atingir o desempenho esperado nos negócios.

A remuneração do Conselho Fiscal segue os parâmetros estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há, todos os membros da Administração são remunerados pela Companhia. Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração são compostos por Conselheiros e/ou Diretores que não recebem remuneração adicional pela sua participação no órgão.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os valores de remuneração variável pagos aos diretores são avaliados anualmente por meio de indicadores do desempenho que compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras específicas para o exercício social, além do conceito de liderança.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A estrutura de remuneração está ligada aos desafios e responsabilidades dos cargos dos membros da Administração. A remuneração variável está atrelada à evolução dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, considerando o alcance de metas específicas para o exercício.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os interesses da Companhia com a prática da remuneração adotada é reter talentos, com executivos capazes e profissionais na gestão dos negócios, oferecendo, para tal, remuneração compatível com suas responsabilidades, considerando às práticas do mercado. O modelo visa a assegurar remuneração sustentável e que, ao mesmo tempo, seja condizente com as possibilidades da Companhia e esteja alinhada aos interesses dos acionistas, qual seja, o melhor desempenho dos negócios.

A remuneração variável está atrelada ao atingimento de metas de resultados operacionais e financeiros que estão alinhados ao plano estratégico da Companhia. O objetivo é reter executivos capazes, estimulando a busca por resultados e motivando os administradores a empregar melhores esforços na busca pelo sucesso na execução do planejamento estratégico, considerando o curto prazo, assim como seus efeitos no médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração dos membros da Administração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Na presente data, não existem na Companhia comitês específicos que participem ou tenham como função definir a remuneração individual dos Administradores. O Conselho de Administração elabora proposta de remuneração para os próprios conselheiros e para a diretoria, considerando a remuneração em vigor, a inflação do período, a situação econômico-financeira da Companhia e o desempenho dos executivos, tendo para tal apoio de informações e dados que podem ser solicitados ao departamento de Recursos Humanos. A proposta, com o valor previsto a ser destinado para remuneração dos membros da administração no novo exercício social, é apresentada para aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

É realizada comparação com posições semelhantes no mercado, inclusive a remuneração oferecida por outras empresas onde nossos conselheiros eventualmente atuem. Considera-se a remuneração média praticada por empresas de porte similar, a complexidade das atividades necessária para o cargo e as condições da Companhia. Não há, porém, a elaboração de estudos formais ou utilização de metodologia específica para a verificação das práticas de mercado com relação a tais remunerações.

A remuneração fixa individual da Diretoria é definida no momento da admissão do administrador, variando de acordo com a formação, experiência profissional, desafios e responsabilidades do cargo, sendo reavaliada se o Conselho de Administração considerar necessário, tomando em conta a contribuição que o administrador tem prestado à Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Ainda que não exista, na data deste Formulário de Referência, uma política formal de remuneração, a adequação do modelo e dos valores definidos de remuneração é avaliada anualmente pelo Conselho de Administração e, a cada Assembleia Geral Ordinária, também pelos acionistas, que deliberam sobre a proposta de remuneração dos Administradores.

13.2 – Remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2020) - nova proposta

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,33	4,75	3	13,08
Nº de membros remunerados	5,33	4,75	3	13,08
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	644.000,00	4.179.240,00	250.754,40	5.073.994,40
Benefícios direto e indireto		345.401,50		345.401,50
Participação em Comitês				
Outros	128.800,00	835.848,00	50.150,88	1.010.798,88 1.014.798,88
Descrição de outras remunerações fixas	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	
Remuneração variável				
Bônus		4.369.200,00 18.569.200,00		4.369.200,00 18.569.200,00
Part. de resultados				
Part. em reuniões				
Comissões				
Outros		3.713.840,00		3.713.840,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Observação				
Total Remuneração	748.800,00	27.643.529,50	300.905,28	28.717.234,78

Remuneração total - exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	5	4	3	12
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	480.000,00	2.802.200,00	210.165,00	3.492.365,00
Benefícios direto e indireto		186.946,63		186.946,63
Participação em Comitês				
Outros	96.000,00	560.440,00	42.033,00	698.473,00
Descrição de outras remunerações fixas	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	
Remuneração variável				
Bônus		2.409.091,00		2.409.091,00
Part. de resultados				
Part. em reuniões				
Comissões				
Outros		481.818,20		481.818,20
Descrição de outras remunerações fixas				
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Observação				
Total Remuneração	576.000,00	6.440.495,83	252.198,00	7.268.693,83

Remuneração total - exercício social encerrado em 31/12/2018

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	5	4	3	12
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	480.000,00	2.399.796,00	179.984,70	3.059.780,70
Benefícios direto e indireto	0,00	81.753,04	0,00	81.753,04
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	96.000,00	479.959,20	35.996,94	611.956,14
Descrição de outras remunerações fixas	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3119734,8	0,00	3.119.734,80
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	623946,96	0,00	623.946,96
Descrição de outras remunerações fixas		Recolhimento de 20% ao INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	576.000,00	6.705.190,00	215.981,64	7.497.171,64

Remuneração total - exercício social encerrado em 31/12/2017

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,00	3,00	3,67	11,67
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,67	12,67
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	417.833,33	3.406.541,67	357.500,00	4.181.875,00
Benefícios direto e indireto	0,00	23.539,20	0,00	23.539,20
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	83.566,67	681.308,33	71.500,00	836.375,00
Descrição de outras remunerações fixas	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2632500	0,00	2.632.500,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	526500	0,00	526.500,00
Descrição de outras remunerações fixas		Recolhimento de 20% ao INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	501.400,00	7.270.389,20	429.000,00	8.200.789,20

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração variável prevista -exercício social corrente 2020 – nova proposta

PREVISTO 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,33	4,75	3	13,08
Nº de membros remunerados	5,33	4,75	3	13,08
Bônus		22.283.040,00		22.283.040,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

Remuneração variável -exercício social encerrado 31/12/2019

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,0	4,0	3,0	12,0
Nº de membros remunerados	5,0	4,0	3,0	12,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		2.890.909,20		2.890.909,20
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

Remuneração variável -exercício social encerrado 31/12/2018

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,0	4,0	5,0	14,0
Nº de membros remunerados	5,0	4,0	5,0	14,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração		3.119.734,80		3.119.734,80
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		3.119.734,80		3.119.734,80
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

Remuneração variável -exercício social encerrado 31/12/2017

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,0	3,0	5,0	13,0
Nº de membros remunerados	5,0	3,0	5,0	13,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		2.632.500,00		2.632.500,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária

Não se aplica, pois não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em aberto.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não se aplica, pois a Companhia não manteve plano de remuneração baseado em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão

Posição em 31 de dezembro de 2019:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Taurus Armas S.A.	-	12.700	12.700	-
Diretoria	Taurus Armas S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Taurus Armas S.A.	-	8.090	8.090	-

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações em forma de tabela

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração.

Com relação aos diretores estatutários, dois dos quatro Diretores possuem plano de Previdência Privada denominado "TAURUSPREV II" administrado pelo ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5*	4,75
Nº de membros remunerados (com plano)	0	2
Nome do plano	-	TAURUSPREV II
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	0
Condições para se aposentar antecipadamente	-	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social (2019), descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	262.497,69
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	55.740,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	0

* Inclui diretor estatutário nomeado pelo Conselho de Administração em maio/2020

Obs: Só poderá haver resgate antecipado dos valores provenientes das contribuições realizadas pelos administradores.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração Anual	Diretoria Estatutária			Conselho de Adm.			Conselho Fiscal		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Número de Membros	4	4,00	3,00	5	5,00	5,00	3	3,00	3,67
Número de Membros remunerados	4	4,00	3,00	5	5,00	5,00	3	3,00	3,67
Valor da maior remuneração (R\$)	1.075.000,00	597.600,00	1.781.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	70.055,00	72.000,00	119.166,67

Valor da menor remuneração (R\$)	517.200,00	512.200,00	706.875,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	70.055,00	72.000,00	119.166,67
Valor médio da remuneração (R\$)	700.550,00	551.750,00	1.135.513,89	96.000,00	115.200,00	96.000,00	70.055,00	72.000,00	119.166,67

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é prevista, como mecanismo de indenização, apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos, ainda, em contrato:

- Seguro saúde e vida, sendo estendido de acordo com o contrato individual.
- E plano de aposentadoria TAURUSPREV para dois (02) diretores estatutários.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	12,50%	36,25%	-	34,30%

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	10,41%	27,50%	-	21,56%

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	14%	21%	-	18%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica, pois os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não receberam, nos três últimos exercícios, outra remuneração além daquela referente aos cargos que ocupam na Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2019 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	60.000,00	1.075.000,00	-	1.135.000,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2019 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	R\$ 864.101,94	-	R\$ 864.101,94
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	60.000,00	585.000,00	-	645.000,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2018 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	868.936,17	-	868.936,17

Exercício social 2017 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2017 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.582.983,05	1.247.853,16	-	2.830.836,21
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 – Outras informações julgadas relevantes

Não há outras informações relevantes além das já apresentadas nesse item 13.